

Apontamentos sobre a evolução do Ensino Secundário Técnico Vocacional em Timor-Leste*

Filipe Couto & José Pinto Casquilho

Introdução

Neste trabalho visa-se fazer um enquadramento da evolução do Ensino Secundário Técnico Vocacional (ESTV) em Timor-Leste no último lustro. Para tal, analisam-se os dados disponibilizados pelo Ministério da Educação (ME), procurando relacioná-los com os principais documentos políticos orientadores, nomeadamente: Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste 2011-2030 (PED), Plano Estratégico Nacional da Educação 2011-2030 (PENE) e Programa do V Governo Constitucional de Timor-Leste. Ainda são invocadas supletivamente algumas normais legais aplicáveis sobre o tema bem como menções bibliográficas que ajudam a contextualizar o âmbito histórico com que o assunto se foi sucessivamente colocando e desenvolvendo.

Sem a intenção de proceder a uma avaliação, antes se pretende dar a conhecer um panorama da situação atual, discutindo aspetos salientes, deixando à consideração algumas sugestões que parecem pertinentes.

Perspectiva histórica do Ensino Técnico Profissional em Timor-Leste

[...]no sentido pleno do termo, não existiu em Timor administração colonial portuguesa durante 400 anos, mas apenas durante os últimos 60 ou 70 anos, o que é muito pouco quando comparado a quatro séculos de efetiva presença religiosa e cultural (Thomaz, 2000, 2008b, p: 367

Durante a época colonial portuguesa (1515-1975) e o período da ocupação indonésia (1975-1999) o território de Timor-Leste foi objeto de pouco desenvolvimento em geral e particularmente no domínio da educação. Até finais do século XIX, a presença portuguesa na ilha foi bastante reduzida, essencialmente de natureza comercial e missionária.

Segundo Belo (2008), até ao século XVIII apenas os missionários tiveram a iniciativa de abrir escolas junto das igrejas para permitir a oportunidade de

*Agradece-se à DGESTV do Ministério da Educação a disponibilização dos dados reportados neste trabalho.

educação aos locais, privilegiando a evangelização, a língua e a cultura portuguesa. Outros autores dão notícia de que em 1863 o governador Afonso de Castro fundou uma escola régia em Díli, destinada aos filhos dos principais, sendo a direção da escola entregue ao segundo padre timorense ordenado, Jacob dos Reis e Cunha, seguindo-se o estabelecimento das escolas das missões em 1878, com a abertura de escolas rurais em Manatuto, Lacló, Lacluta, Samoro, Oe-Cusse e outros distritos (v. Martins, 2010).

O estabelecimento de uma estrutura administrativa com vista a gerir todo o território, assim como uma ocupação efetiva do interior iniciou-se entre 1894 e 1908 no mandato do Governador Celestino da Silva. Foi a partir desse período que o governo da colónia considerou a educação como um dos fatores a desenvolver. Embora o mais antigo colégio da ilha tenha sido fundado em Soibada em 1898 pelo padre jesuíta Sebastião Aparício da Silva, com o auxílio do régulo de Samoro, D. André Doutel Sarmiento, o ensino primário oficial só se iniciou em 1915 - ano da comemoração do quarto centenário da chegada dos portugueses à ilha - e o ensino secundário só tem existência oficial desde 1952, embora em 1938 o governador Álvaro de Fontoura tenha organizado um colégio-liceu, que não teve continuidade por conta da desarticulação provocada pela guerra mundial (Thomaz, 2008).

Desde o início do século XX a política colonial portuguesa orientou-se por princípios estabelecidos em acordos internacionais¹, em que o direito de exploração estava associado ao dever de civilização. Segundo Marroni (2008), conforme consta num Boletim sobre educação de Dezembro de 1929, o articulista, José Valdez, chefe da secção de veterinária e pecuária em Timor, pronunciou-se sobre a educação: o artigo «A instrução do nativo Timor. O que deve ser» é dedicado à instrução primária e o autor defende um ensino mais técnico e prático virado para a terra e orientado para a agricultura e para a pecuária, juntamente com a instrução literária fundamental. Porém, o desenvolvimento do ensino secundário revela-se lento.

No Decreto-Lei n.º 43330 de 18 de Novembro de 1960, os Ministérios do Ultramar e da Educação Nacional dão indicação de conversão do colégio-liceu existente na cidade de Díli, da província ultramarina de Timor, em liceu, o qual se designará «Liceu Dr. Francisco Machado», e insere disposições relativas ao seu funcionamento, nomeadamente que “poderão neste ser ministradas disciplinas respeitantes às atividades do comércio e da agricultura, conforme as condições peculiares da província e segundo for autorizado e regulamentado, em portaria, pelo governador”.

Os antecedentes do Ensino Secundário Técnico Vocacional (ESTV) em Timor-Leste têm uma história que enraíza no Ensino Técnico Profissional introduzido no final da colonização portuguesa - que se pode dar como iniciado com a criação de uma escola Comercial e Industrial em Díli, em 1966, a que se junta uma escola de

¹Conferência de Berlim, 1884 e Tratado de Versalhes, 1919.

Enfermagem, criada em 1964, e, finalmente, em Fatumaca, desde 1968, uma escola prática de agricultura, confiada aos Salesianos; em 1973 estas escolas contavam cerca de 100 alunos cada, excepto a última onde havia cerca de setenta (v. Thomaz, 2008).

De acordo com Martins (2010) em 1963 foi criada a Escola Técnica, que oferecia o curso geral de Administração e Comércio e o curso de Eletricidade, sendo iniciados em 1973/74 os cursos de Serralharia Mecânica e de Construção Civil; ainda, em 1971, foi também introduzido o ensino de Artes e Ofícios com os cursos de Carpintaria, Marcenaria e de Serralharia Mecânica. Em Díli, este tipo de escola só é implantado em 1973/74 nas especialidades de Mecânica, Composição Tipográfica e Encadernação. Thomaz (2008b) refere que o ensino secundário nas suas diversas vertentes totalizava em 1972-73 o número de 15 estabelecimentos, alguns de dimensões muito reduzidas, com um total de 1891 alunos; ainda, não considerando as estruturas autónomas de ensino da comunidade chinesa, em 1974/75 o sistema de Ensino Técnico, seguindo-se ao Ciclo Preparatório (2 anos), envolvia:

- 1 Escola Técnica (3 anos) em Díli frequentada por 318 alunos;
- 1 Escola de Habilitação de Professores de Posto (4 anos) em Díli, frequentada por 282 alunos;
- 2 Escolas de Artes e Ofícios em Díli e Fatumaca (3 anos), com um total de cerca de 100 alunos;
- 1 Escola de Prática Agrícola em Fatumaca (3 anos) com cerca de dez alunos;
- 1 Escola de Enfermagem em Díli (3 anos).

Com a ocupação Indonésia em 1975 deu-se um substancial alargamento no setor da Educação. Em 1985, existiam escolas primárias em quase todos os sucos (PNUD, 2002). À semelhança do período colonial eram seguidos os currículos do país dominante permitindo a assimilação dos jovens timorenses à cultura indonésia.

No início dos anos 90, o ensino pré-secundário existia em todos os subdistritos, o ensino secundário em todos os distritos e o ensino técnico profissional na maior parte dos distritos. Para dar resposta às necessidades de professores, estes eram selecionados maioritariamente em outros locais da Indonésia. No final do período de ocupação indonésia o número de estabelecimentos de ensino secundário veio a atingir um total de 168 (Thomaz, 2008). Uma listagem discriminada da oferta então existente pode ser consultada em Martins (2010).

Em 1999, após o referendo, os professores do ensino pré-secundário e secundário, que eram na sua maioria indonésios, regressaram para Indonésia e grande parte das infra-estruturas escolares foram incendiadas (PNUD, 2002). Estes fatores fizeram com que o desafio de edificar a educação e o sistema educativo em Timor-Leste se tornasse bastante difícil.

A importância do Ensino Secundário Técnico Vocacional

A Visão do *Plano de Desenvolvimento Nacional*, elaborado em 2002, ambiciona que Timor-Leste, até 2020, seja uma sociedade democrática e próspera com alimentação suficiente, abrigo e vestuário para todos. As pessoas, idealmente, serão então letradas, qualificadas, saudáveis e viverão uma vida longa e produtiva, tornando-se capazes de participar ativamente no desenvolvimento económico, social e político, promovendo-se assim a igualdade social e a unidade nacional - as pessoas deixarão de estar isoladas, uma vez que existirão boas estradas, transportes, eletricidade e comunicações entre cidades e sucos, em todas as regiões do País. A produção e o emprego aumentarão em todos os setores. De um modo geral, pretende-se que os padrões de vida e serviços melhorem para todos os timorenses.

Desde que se tornou independente, em 2002, Timor-Leste alcançou progressos notáveis, sendo considerado um “caso de sucesso” no seio dos países em vias de desenvolvimento, saídos de situações de pós-conflito. Porém, apesar dos progressos registados, ainda há muito por fazer. O *Programa do V Governo Constitucional de Timor-Leste* destaca as seguintes limitações: a falta de prestação de serviços de qualidade, a falta de infra-estruturas básicas e a necessidade de diminuir o desemprego para reduzir de forma sistemática a pobreza².

O *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste 2011 – 2030* (PED) revela uma visão que reflete as aspirações do povo timorense relativamente à criação de uma Nação forte e próspera. O plano foi desenvolvido para inspirar mudanças, apoiar ações coletivas e pensar um futuro melhor. O PED considera que “*A verdadeira riqueza de qualquer Nação é a força do seu povo*”³ reportando à educação e à formação a função de melhorar as oportunidades de vida do povo timorense, ajudando-o a concretizar todo o seu potencial, reforçando o “*nosso capital humano*”.

A atividade educativa, em todas as suas componentes, é um dos motores principais do desenvolvimento, contribuindo para o avanço geral dos conhecimentos, assim como para o progresso científico e tecnológico que constituem fatores decisivos para o crescimento económico e para o desenvolvimento do país.

À semelhança de muitos países em desenvolvimento, Timor-Leste, está carenciado neste aspeto, tendo um grave défice de técnicos qualificados e especializados capazes de dar resposta à tendência acelerada de reconstrução nacional. Com uma população essencialmente jovem e com o ensino básico obrigatório serão cada vez mais os timorenses que desejarão ter acesso ao ensino secundário - desafio que o PED pretende garantir, incidindo na ampliação do acesso

² Programa do V Governo Constitucional de Timor-Leste.

³ Pág. 18.

ao ensino secundário e na provisão de professores qualificados e infra-estruturas apropriadas.

A educação, fundamentalmente teórica, aplicada no ensino secundário, destina-se principalmente a preparar os jovens para o ensino superior, desprovido de competências práticas para a vida e para o trabalho os jovens que não têm sucesso, que abandonam os estudos, ou que não têm a oportunidade ou o desejo de ingressar no ensino superior.

Um ensino técnico vocacional e profissional que prepare técnicos e trabalhadores qualificados mostra-se fundamental para países em desenvolvimento. Porém, à semelhança de outros países, o custo elevado e a falta de recursos dificultam o desenvolvimento deste setor educativo.

Em Singapura, na Tailândia e em Hong-Kong, países e região do Sudeste Asiático, deram-se provas de soluções positivas neste domínio. Através da formação de competências na área da agricultura e relacionando o ensino secundário com o setor industrial, desenvolveu-se o ensino técnico em estreita relação com o setor do emprego (UNESCO, 1996), assim demonstrando-se o sucesso e a viabilidade deste modelo de ensino.

No caso de Timor-Leste, com uma população jovem, uma taxa de desemprego elevada e a necessidade de técnicos qualificados para apoiar a reconstrução do país, existem grandes expectativas em relação ao ESTV, uma vez que este é apontado como uma ferramenta para o desenvolvimento social e económico. Apesar de o país estar a experienciar, no geral, uma elevada taxa de desemprego, o mercado de trabalho enfrenta uma profunda falta de pessoas qualificadas ou semiquilificadas necessárias para lidar com o célere ritmo de reconstrução nacional. A expectativa e o desafio de desenvolver o ESTV são reforçados pelo elevado número de jovens adultos que Timor-Leste terá a curto prazo, uma vez que, se estima que, em 2010, 41,4%⁴ da população teria idade inferior a 15 anos.

Nesta perspectiva o *Plano Estratégico Nacional da Educação 2011 – 2030* (PENE) afirma que o ESTV é o “*principal objeto de investimento para a expansão, qualidade, relevância e acesso do Ensino Secundário em Timor-Leste, com particular ênfase nas zonas mais desfavorecidas*”⁵. Em coerência com o PED, o PENE pretende, a longo prazo, que o ESTV compreenda mais de 60% do total de matrículas no Ensino Secundário e que as disciplinas sejam organizadas e lecionadas em função das necessidades reais do contexto nacional.

Acesso ao ESTV

Mais do que a oportunidade de um aluno se inscrever num determinado programa de formação, o acesso à educação tem vindo ao longo dos anos a assumir

⁴ CENSUS UMA KAIN TIMOR-LESTE, 2010

⁵ Pág. 46

um conceito mais amplo. A oportunidade de um aluno se inscrever, assistir e concluir sem obstáculos práticos, financeiros, físicos, relacionados com segurança, institucionais ou socioculturais é uma concepção de acesso ao ensino que converge para o incentivo do sucesso escolar. (INEE, 2010)

O acesso pretendido para o ESTV, em coerência com o PENE, deverá corresponder a mais de 60% do total de alunos no Ensino Secundário até 2030 - assim pretende-se que o ESTV acolha cerca de 45545 alunos em 2030. Para alcançar este objetivo o ME aponta o aumento e a expansão de infraestruturas físicas modernas com capacidade para mais alunos, assim como a necessidade de situar centros de excelência de ensino técnico em distritos onde a procura é mais elevada, adequando a oferta formativa às necessidades locais. Também a assistência financeira a alunos carenciados é apontada como estratégia para aumentar o acesso ao ensino secundário.

Figura 1 – Gráfico do número de alunos que frequentam o ESTV no último lustro



O gráfico anterior reflete um aumento do número de alunos no ESTV ao longo do lustro de que se destaca a subida nítida nos dois últimos anos, totalizando 7248 alunos⁶ no ano letivo de 2014. Este valor aproxima-se do indicado no PENE para 2015, em que se pretende um aumento para cerca de 7396 alunos a frequentar o ESTV. Também a nível nacional se tem verificado um aumento do número de escolas alocadas ao ESTV, totalizando 24 escolas em 2014. Se bem que estes dados se revelem positivos e coerentes com as políticas educativas enunciadas, pode desde já apontar-se que convirá ser efetuado um maior esforço na descentralização da oferta no ESTV.

Os gráficos seguintes⁷ mostram que, apesar do aumento de alunos inscritos no ESTV, a oferta educativa se verifica predominantemente em Díli, com cerca de 45% do número total de alunos, apresentando ainda o maior número de escolas e de valor do rácio estudantes por escola.

⁶ Nos dados disponibilizados pelo ME, só em 2014 se faz referência às Escolas Agrícolas tuteladas pelo Ministério da Agricultura, as quais refletem um acréscimo de 78 alunos.

⁷ Nos dados fornecidos pelo ME não constam elementos relativos ao distrito de Ainaro.

Figura 2 – Número de estudantes no ESTV em 2014, por distrito

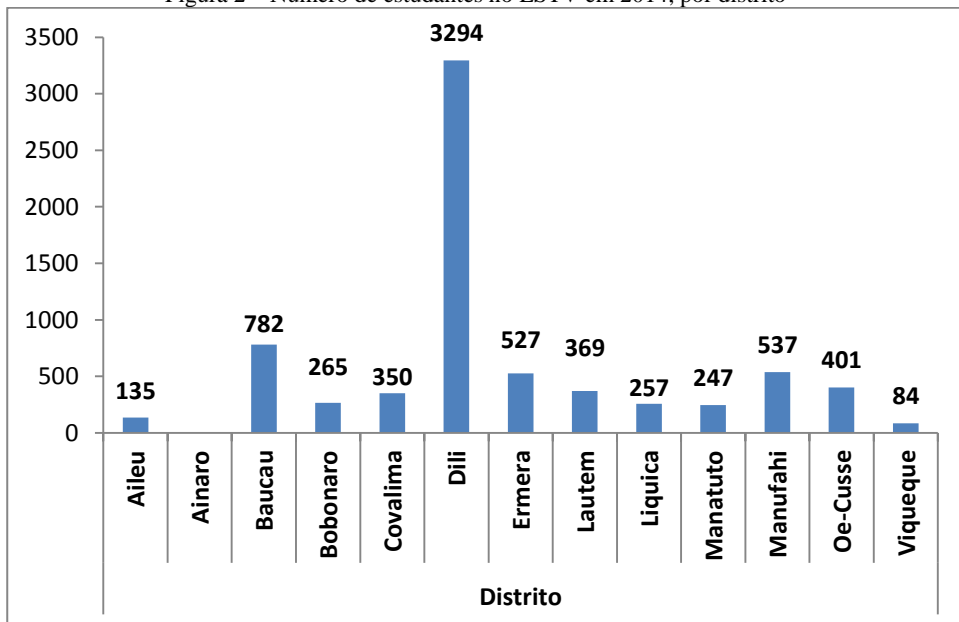


Figura 3 – Número de escolas do ESTV em 2014, por distrito

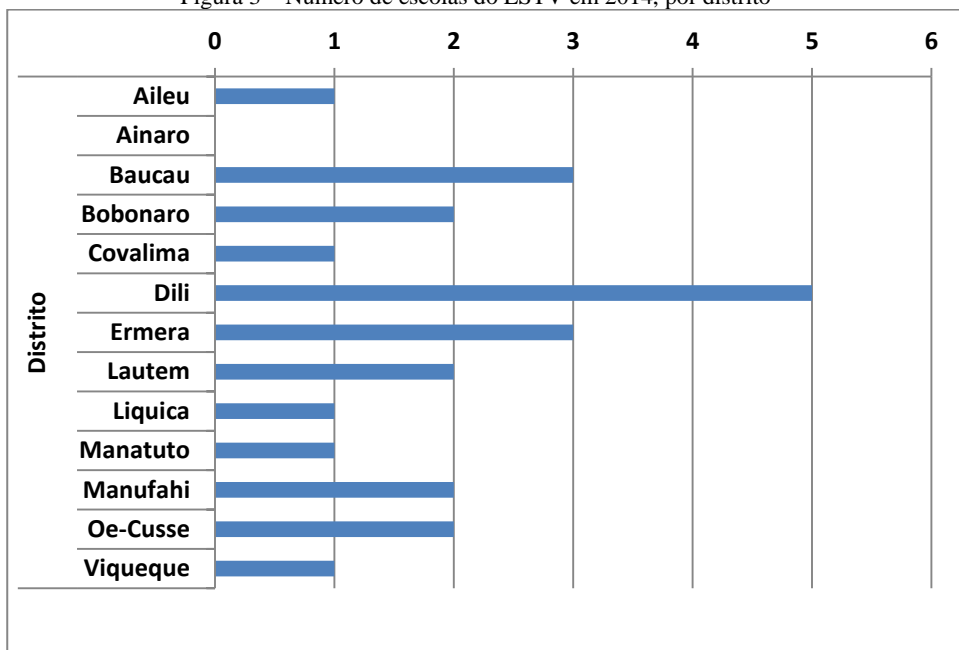
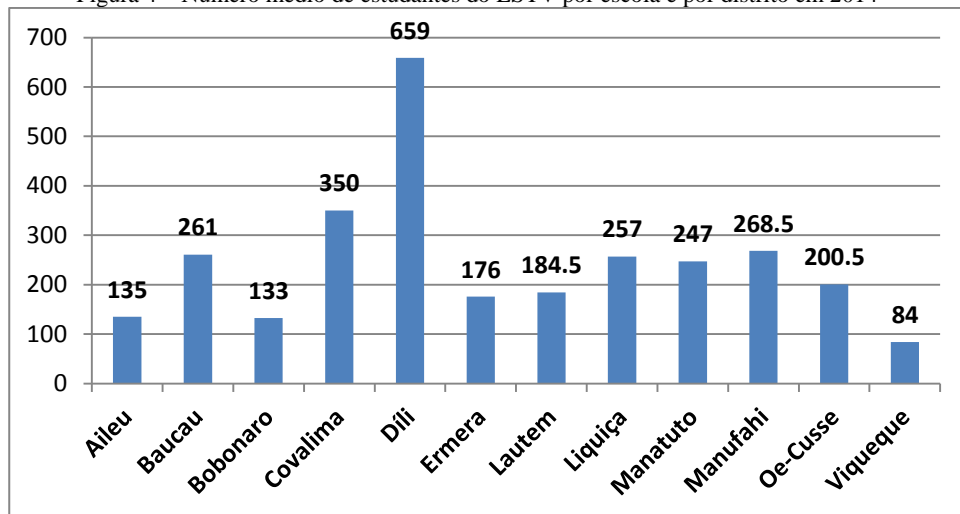


Figura 4 – Número médio de estudantes do ESTV por escola e por distrito em 2014



No sentido de se aumentar o acesso e de permitir uma maior descentralização do ESTV, adequando a oferta formativa às necessidades locais, o PENE prevê, a partir de 2015, a construção de 4 novas escolas: duas escolas técnicas - uma no distrito do Suai e outra no distrito de Viqueque - uma escola técnica de pescas no distrito de Liquiça, e ainda uma escola técnica agro-pecuária no distrito de Manatuto.

O ME também está comprometido a reorientar o foco de formação para os futuros técnicos: os trabalhadores qualificados, o setor dos serviços e os funcionários públicos. Para isso propõe-se a realizar mais parcerias com o setor privado, bem como melhorar a coordenação com agências governamentais relevantes, nomeadamente com a SEFOPE⁸. Conforme declarado no PENE, o ME pretende que em 2020 o número de alunos que frequentem o ESTV seja cerca de 16552, este valor significa um aumento total de cerca de 128% nos próximos 6 anos.

Para além da construção de novas escolas direcionadas para o ESTV com recursos pedagógicos apropriados, o ME poderá orientar as escolas do Ensino Secundário Geral (ESG) para progressivamente oferecerem cursos do ESTV mediante as necessidades dos distritos e sub-distritos onde estão localizadas e mediante as infra-estruturas e qualificações dos recursos humanos existentes nas escolas e em outros setores da comunidade. Esta solução permite uma maior complementaridade e concorre para o modelo desejado para o ensino secundário em 2030, que pretende que o número de alunos a frequentar o ESTV seja superior ao

⁸ SEFOPE – Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego

número de alunos a frequentar o ESG. Se bem que os modelos curriculares sejam diferentes para o ESG e para o ESTV, já a Organização do Sistema de Ensino Secundário para os diferentes modelos de escolas é equivalente⁹, sendo as atribuições quer da educação e ensino quer da gestão e administração as mesmas.

Implementação do novo currículo para o ESTV

De acordo com a visão do ME as metas para 2011-2015 no Ensino Secundário focam-se em reformas de qualidade e não no rápido alargamento do acesso ao mesmo. Para melhorar a qualidade, o PENE prevê “*uma mudança do paradigma pedagógico a nível do ensino e da aprendizagem através de métodos de ensino comprovados e atualizados, da avaliação e do uso da tecnologia, especialmente no ESTV*”¹⁰. A mudança estava prevista ser alcançada através da reestruturação e redefinição do currículo quer do ESG, quer do ESTV tendo por metas o desenvolvimento de “*conhecimentos e capacidades relevantes, nos quais se incluem o pensamento crítico e as capacidades de socialização*”¹¹.

Com efeito, no ensino técnico e vocacional importa realçar a dimensão crítica do processo de aprendizagem, centrado nas modalidades da transmissão e do treino do *saber* e do *saber-fazer* que se traduzem numa interação entre objeto e sujeito, que se poderá enunciar como sucede (Martins, 2013): de um lado o sujeito que procura conhecer, e, do outro lado, o objeto a ser conhecido, bem como as relações entre ambos, pois o melhor educador no processo de ensino-aprendizagem não é medido pela atitude de controlo mas pela visão libertadora e construtivista. Ainda importa atender a que conhecimento não é sinónimo de informação: esta pode assumir o qualificativo de singular ou plural, neste caso quando incide simultaneamente numa coleção de objetos ou atributos de uma classificação (Casquilho, 2013), mas, em qualquer caso, o conhecimento remete para um objeto, simples ou complexo, imerso no seu contexto de enunciação de que se destacam a respetiva descrição bem como os nexos de causalidade que se lhe associam no âmbito de uma, ou mais, finalidade(s) eventual(ais).

Atualmente, elaborado e implementado principalmente com o apoio da Cooperação Portuguesa, o currículo do ESG, está já a ser executado gradualmente desde 2012, pelo que os alunos que concluem o ESG no Ano Letivo 2014 beneficiam já de algumas das mudanças pretendidas.

Para o ESTV o processo de revisão curricular tem-se demonstrado mais lento, quer pela diversidade e maior complexidade que este modelo de ensino acarreta, quer pelo envolvimento de múltiplos parceiros e instituições a que o modelo obriga.

⁹ DECRETO-LEI N.º 33/2011 de 3 de Agosto, Regime Jurídico da Administração e Gestão do Sistema de Ensino Secundário, Governo de Timor-Leste.

¹⁰ Pág. 47

¹¹ Idem

Também a tentativa, positiva, de o ME desenvolver os currículos com um vínculo local, provoca maior atraso no processo.

Neste momento, conforme plano curricular aprovado pelo Dec.- Lei nº 8/2012 de 15 de Fevereiro de 2012, os cursos técnico-vocacionais profissionais de nível secundário atribuem diplomas equivalentes ao ESG e conferem um nível de qualificação e o direito a certificação profissional de Nível IV, nos termos do disposto no Sistema Nacional de Qualificações de Timor-Leste. São organizados em módulos de duração variável, sincronizados entre si, segundo níveis de escolaridade e de qualificação profissional progressivamente mais elevados e têm a duração de 3 anos letivos, correspondentes a um mínimo de 4000 horas de formação.

Tabela 1 – Plano curricular do ESTV: Dec. Lei nº 8/2012 de 15 de Fevereiro de 2012

PLANO CURRICULAR BASE DO ENSINO TÉCNICO VOCACIONAL	
DISCIPLINAS	Total horas(a) Ciclo de Formação
Programa Sócio Cultural	1510
Tétum	180
Português	350
Inglês	270
Cidadania e Desenvolvimento Social	230
Tecnologias e Multimédia	200
Religião e Moral	100
Língua Opcional (b)	180
Programa Científico	760
Empreendedorismo	160
Entre 2 a 3 disciplinas (c)	600
Programa Produtivo	1730
Entre 3 a 5 disciplinas (d)	1230
Formação em contexto de trabalho – FCT - Estágio (e)	500
Total horas / Curso	4000

(a) Carga horária global, a gerir pela escola, no âmbito da sua autonomia pedagógica, acautelando o equilíbrio da carga horária anual de forma a otimizar a gestão global modular e a formação em contexto de trabalho.

(b) Podem ser línguas opcionais o Indonésio, Mandarim, Coreano e Japonês. Excepcionalmente poderá ser ensinada outra língua que especificamente seja importante para o conteúdo lecionado.

(c) Disciplinas científicas de base a fixar em regulamentação própria, em função das qualificações profissionais a adquirir.

(d) Disciplinas de natureza tecnológica, técnica e prática, estruturantes da qualificação profissional visada.

(e) A formação em contexto de trabalho visa a aquisição e o desenvolvimento de competências técnicas, relacionais e organizacionais relevantes para a qualificação profissional a adquirir.

Em 2013 foram apresentados os novos planos curriculares dos cursos técnico-vocacionais, quer na continuidade dos cursos já existentes, quer na criação de novos cursos.

Tabela 2 – Novos Cursos do ESTV (Fonte: Diploma Ministerial n.º 08 /ME/2013 de 31 de Julho)

Técnico de Comércio
Técnico de Contabilidade
Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos
Técnico de Cuidado e Estética do Cabelo
Técnico de Mecânica Automóvel
Técnico de Mecânica
Técnico de Estilismo, Modelagem e Confeção de Vestuário
Técnico de Eletricidade
Técnico de Construção Civil
Técnico de Carpintaria e Marcenaria
Técnico de Eletrónica, Áudio, Vídeo e TV
Técnico de Linguagens de Programação
Técnico de Multimédia
Técnico de Turismo e Hotelaria
Técnico de Produção Agrária
Técnico de Pescas
Técnico de Secretariado
Técnico de Alimentação e Bebidas
Técnico de Artes Gráficas

A implementação da nova estrutura do ESTV nas escolas iniciou-se em 2014, em harmonia com o PENE, que prevê uma implementação curricular gradual para o 10ºano, 11ºano e 12ºano a verificar-se em 2014, 2015 e 2016, respetivamente. Para apoiar, o ME elaborou manuais do aluno e guias do professor para as disciplinas do Programa Produtivo e, com a parceria da *GESEntrepreneur*, elaborou também manuais e guias dos professores para a disciplina de Empreendedorismo constante no Programa Científico de modo a serem disponibilizados a partir do Ano Letivo de 2014.

Em virtude de não existirem manuais do aluno e guias do professor para as restantes disciplinas do Programa Científico e para as disciplinas do Programa Sociocultural, a Direção Geral do Ensino Secundário, seguindo as indicações da Direção Nacional do Currículo e Avaliação Escolar, efetuou um paralelismo com os manuais do aluno e guias do professor do ESG, através da Circular nº53/DGES/I/2014, de modo a permitir a implementação dos cursos do ESTV.

Deste modo, se bem que com processos de revisão curricular e de gestão curricular inacabados, foi possível, através de ajustes, iniciar-se a implementação em 2014. Os dados recolhidos na DGESTV, para o Ano Letivo 2014, demonstram que as escolas ainda não estão familiarizadas com as designações dos novos cursos técnico profissionais. Por exemplo, os novos cursos de Gestão de Equipamentos Informáticos, de Multimédia e de Gestão de Equipamentos Informáticos, se bem

que aplicados de forma distinta como foi possível verificar no terreno¹², ainda são por vezes designados como cursos de Informática, sem distinção.

Tabela 3 - Número de alunos por Curso do ESTV – Ano Letivo 2014 (fonte: ME/ Direção Nacional do ESTV)

Curso do antigo ESTV 11º Ano e 12º Ano	Nº de alunos	Curso do atual ESTV 10º Ano	Nº de alunos
Contabilidade	953	Informática ¹³	436
Agro Comercio Industria	948	Técnico de Produção Agrícola	400
Informática (AC)	760	Técnico de Contabilidade	360
Gestão do Comércio	719	Técnico de Comércio	292
Administração	428	Técnico de Secretariado	262
Eletricidade (PIL)	190	Técnico de Eletricidade	115
Mecânica (LO)	162	Técnico de Hotelaria e Turismo	96
Hotelaria e Turismo	151	Técnico de Construção Civil	77
Construção Cívil/ marcenaria (RAB)	136	Técnico de Mecânica Automóvel (LO)	65
Eletrónica (TV)	118	Técnico de Alimentação e Bebidas	50
Metalurgia (DT)	70	Técnico de Eletrónica (Áudio, Vídeo e TV)	46
Restaurante	62	Técnico de Pesca	40
Culinária/ Tec. Alimentar	43	Mec. Produção (DT)	33
Carpintaria Marcenaria (RAB)	40	Técnico de Carpintaria Marcenaria	22
Culinária	37	Técnico de Mecânica (LO)	21
Planta Industria Café	28	Técnico de Cuidado e Estética do Cabelo	9
Horticultura	28	Técnico de Estilismo, M. e C. de Vestuário	5
Pecuária	27	Técnico de Artes Gráficas	0
Vestuário	11		
Beleza	8		
Total	4919	Total	2329

O fato da estrutura curricular ser substancialmente diferente do modelo anterior e os materiais pedagógicos e de gestão não estarem concluídos e distribuídos tem dificultado a implementação. Existe ainda pouco esclarecimento e pouca apropriação por parte de alunos, professores, encarregados de educação e direções das escolas relativamente ao novo modelo. Neste sentido mostra-se importante manter, pelo menos até 2016, os esforços previstos até 2014 no quadro de objetivos do PENE para a implementação da nova estrutura curricular, em particular o apoio efetuado pelo Projeto de Formação Inicial e Contínua de Professores (PFICP) ao ESTV através da formação a professores e a direções de escolas.

¹² A visita à Escola Técnica de Informática de Díli, permitiu verificar que os cursos são desenvolvidos de forma distinta, porém os dados existentes na DNESTV apresentam os cursos como “Informática”.

¹³ Os dados existentes no ME não especificam os cursos da área da informática, nomeadamente Gestão de Equipamentos Informáticos, Linguagens de Programação e Multimédia.

Importância dos professores para a qualidade do ESTV

A qualidade do ensino e da formação pedagógica depende, em larga medida da qualidade dos professores, pelo que melhorar a motivação e a qualidade dos professores deve ser uma prioridade em todos os países. (UNESCO, 1996). Ainda, como é sabido, nomeadamente na interface que se coloca nas relações entre educação e tecnologia, o professor deve estar preparado para atuar como mediador do conhecimento, da criatividade, do progresso dos alunos, bem como orientar o processo de aprendizagem (Paulino, 2013).

Em Timor-Leste a escassa e débil formação de professores timorenses no período colonial e no período de ocupação indonésia faz com que, após a independência, a dificuldade em se encontrarem professores suficientes, em quantidade e qualidade, seja elevada, a fim de se dar resposta às necessidades do sistema educativo. A estes fatores juntam-se poucas competências nas línguas oficiais, especialmente na língua portuguesa que é a língua de instrução¹⁴ para o ensino secundário, complexificando ainda mais o desafio de melhorar a qualidade dos professores e consecutivamente a qualidade da educação.

É compreensível que melhorar a qualidade dos professores não seja um processo fácil. Por um lado, os professores, com razão, reivindicam condições de trabalho e de reconhecimento do seu esforço, por outro a sociedade e os alunos esperam que os professores cumpram a sua incumbência com dedicação e sentido de responsabilidade.

O PENE aponta a necessidade em assegurar que os professores sejam capazes de leccionar mais do que uma disciplina, e gerir a carga letiva e o volume de trabalho associado de forma eficaz, assim como alterar a pedagogia existente nas escolas secundárias passando para uma abordagem centrada nas necessidades de aprendizagem de cada aluno. Assim o ME encoraja e visa dar condições para que os professores mantenham a formação nas suas áreas de ensino atualizada, de modo a poderem enfrentar as novas reformas no sistema educativo e a darem resposta às novas estruturas curriculares. Neste sentido, o PENE ambiciona para o ESTV que nos anos letivos de 2016 e 2017 exista um número de professores adequado às necessidades do ME, possuindo as competências requeridas e que as escolas do ESTV tenham as suas necessidades de docentes satisfeitas.

O número de professores alocados no ESTV nos anos 2009-2014 está representado na Figura 5 e na Figura 6 tem-se o número médio de alunos por professor no ESTV no lustro 2010-2014. Desde 2012, e principalmente através do INFORDEP¹⁵ e do PFICP¹⁶, os docentes e as direções das escolas do ESTV têm

¹⁴ RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO NACIONAL N.º 20/2011 de 7 de Setembro - Sobre a Importância da Promoção e do Ensino nas Línguas Oficiais para a Unidade e Coesão Nacionais e para a Consolidação de Uma Identidade Própria e Original no Mundo, Parlamento Nacional de Timor-Leste

¹⁵ INFORDEP – Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação

¹⁶ PFICP – Projeto de Formação Inicial e Contínua de Professores

vindo a beneficiar de várias formações. As formações têm vindo a incidir em cursos de língua portuguesa, atividades extracurriculares, gestão e administração escolar, metodologias de ensino-aprendizagem, exploração dos manuais do aluno e dos guias do professor para serem aplicados em sala de aula e o novo currículo do ESTV.

Como no ensino técnico é importante que o corpo docente seja constituído, em grande parte, por elementos com formação e experiência profissional adequada às componentes técnicas do ESTV, o ME deve procurar desenvolver mecanismos que favoreçam o recrutamento de docentes a partir de outros setores da sociedade ativa, como medida para combater a falta de formação de professores.

Fig. 5 – Número de professores alocados no ESTV nos anos 2009-2014

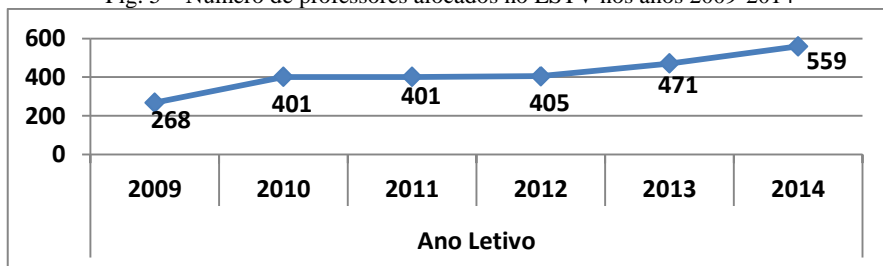
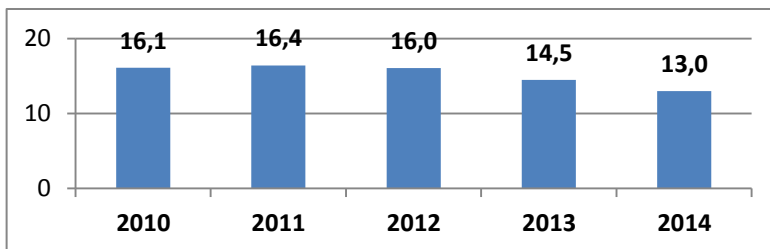


Fig. 6 – Número médio de alunos por professor no ESTV nos anos 2010-2014



Conclusões

Conforme se procurou demonstrar, o projeto em curso do Ensino Secundário Técnico Vocacional em Timor-Leste tem um lastro histórico - algo incipiente mas ainda assim real - quer no período da colonização portuguesa quer no tempo da ocupação indonésia.

A evolução do número de estudantes no último lustro (Figura 1), particularmente nos dois últimos anos, mostra-se significativa e aproxima-se da

meta proposta no Plano Estratégico Nacional de Educação para 2015, persistindo, no entanto, uma substancial concentração da oferta e da procura na capital conforme revelam as Figuras 2, 3 e 4. As iniciativas previstas de construção de escolas ESTV nos distritos, referidas no texto, poderão ser reforçadas. Numa perspectiva de equidade não devem ser esquecidas medidas de apoio aos estudantes carenciados. Também a evolução do número de professores (Figura 5) mostra um incremento significativo nos dois últimos anos, decrescendo o rácio médio do número de estudantes por professor para cerca de 13, em 2014.

A implementação dos *curricula* no ESTV parece encaminhada, não se devendo descurar as ações de formação complementar do corpo docente previstas – incluindo a sua capacitação profissional - mormente tendo em conta a introdução dos novos cursos referidos na Tabela 2.

Na resultante, até ao momento, a história da implementação do ESTV em Timor-Leste afigura-se, mais do que iniciada, com um horizonte promissor para o futuro de muitos jovens timorenses e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do país.

Referências

- BALTAZAR, Alexandra Maria Fernandes. 2013. Contribuições para a Construção de Materiais Didáticos para o Ensino do Português, por Professores Timorenses, no Ensino Secundário Técnico-Vocacional de Timor-Leste. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- BELO, D. Carlos Filipe Ximenes. 2008. A língua portuguesa em Timor-Leste. Agencia de Noticia da Igreja Católica em Portugal.
- CASQUILHO, José Pinto. 2013. Veridicção, verosimilhança e informação. *Revista Veritas*, vol. 1, n° 1, pp: 81- 102.
- DECRETO-LEI N° 8 /2010 de 15 de Fevereiro - Que aprova o plano curricular, regime de implementação e modelo de certificação, organização e avaliação das escolas secundárias técnico-vocacionais. Díli: Governo de Timor-Leste.
- DECRETO-LEI N.º 33/2011 de 3 de Agosto - Regime Jurídico da Administração e Gestão do Sistema de Ensino Secundário. Díli: Governo de Timor-Leste
- DECRETO-LEI N.º 36/2011 de 17 de Agosto - Sistema Nacional de Qualificações (SNQ-TL). Díli: Governo de Timor-Leste.
- Diploma Ministerial n.º 08 /ME/2013 de 31 de Julho – Procede à reestruturação dos Cursos Técnico Vocacionais e à aprovação e publicação da nova lista de cursos. <http://www.infordepe.tl/formacao-de-professores-etv-2014> (acedido a 20/07/2014).
- INEE. 2010. Requisitos mínimos para a Educação – Preparação, Resposta e Reconstrução. Nova Iorque: INEE.

- MARRONI, Maria Luísa de Castro. 2008. Os Outros e a Construção da Escola Colonial Portuguesa no Boletim Geral das Colónias 1925-1951. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- MARTINS, Francisco Miguel. 2010. Autoavaliação Institucional da Educação Superior: uma Experiência Brasileira e suas Implicações para a Educação Superior em Timor-Leste. Tese de Doutoramento em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 302 p.
- MARTINS, Francisco Miguel. 2013. O importante da educação não é apenas formar um mercado de trabalho, mas formar uma nação com gente capaz de pensar. *Revista Veritas*, vol. 1, nº2, pp: 35-43.
- PAULINO, Vicente. 2013. Breves considerações sobre a educação e a tecnologia. *Revista Veritas*, vol. 1, nº2, pp: 7-18.
- PLANO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO 2013-2017. Ministério da Educação. República Democrática de Timor-Leste, Díli.
- PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DA EDUCAÇÃO 2011-2030, Ministério da Educação, 2011, República Democrática de Timor-Leste, Díli.
- PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DE TIMOR-LESTE 2011-2030. 2011. República Democrática de Timor-Leste, Díli.
- PNUD. 2002. Relatório do desenvolvimento humano de Timor-Leste: Ukun Rasik A'na – O caminho à nossa frente. PNUD, Díli.
- PROGRAMA DO V GOVERNO CONSTITUCIONAL, Legislatura 2012 -2017. República de Timor-Leste, Díli.
- RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO NACIONAL N.º 20/2011 de 7 de Setembro - Sobre a Importância da Promoção e do Ensino nas Línguas Oficiais para a Unidade e Coesão Nacionais e para a Consolidação de Uma Identidade Própria e Original no Mundo. Parlamento Nacional de Timor-Leste, Díli.
- UNESCO. 1996. Educação um tesouro a descobrir – Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Porto: Edições ASA.
- THOMAZ, Luís Filipe. 1994. De Ceuta a Timor. Lisboa: Difel.
- THOMAZ, Luís Filipe. [1973] 2008a. Prioridade à Educação *in* País dos Belos: Achegas para a compreensão de Timor-Leste, Macau: Instituto Português do Oriente, pag. 43-56 (publicado originalmente em 30 de Março de 1973 sob o título “Timor como é: Prioridade à Educação”, *Observador*, nº 111).
- THOMAZ, Luís Filipe. [2002] 2008b. Balanço de um quarto de século de ocupação indonésia Educação *in* País dos Belos: Achegas para a compreensão de Timor-Leste, Macau: Instituto Português do Oriente, pag.413-426 (trabalho apresentado pelo autor em 2002).